



## ESTADO DO PIAUÍ

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DE FREITAS

#### ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA - SRP

##### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Este termo de Referência visa garantir condições mínimas para a realização de chamamento público em caráter de urgência, considerando que o objeto não integrar o Plano Anual de Contratações, carecendo a necessidade ser atendida no menor espaço de tempo possível.

Os itens abaixo resumem-se na necessidade a ser atendida em caráter de urgência:

ITEM	DESCRIÇÃO/OBJETO	QUANT.	VALOR MÉDIO MERC. (R\$)	VALOR MÉDIO TTL (R\$)
01	uma embarcação utilitária, com 5,00 metros de comprimento, 1,40 metros de boca, 0,52 metros de pontal (borda alta), 03 (três) bancos com flutuadores internos, plataforma na proa, quebra ondas externos, capacidade para quatro passageiros, capacidade de carga 490 quilos, peso 90 quilos, produzida em chapas de alumínio naval (5052 H-34), casco com 1,2 mm de espessura no casco e 1,2 mm no costado, perfilados estruturais tipo trapézio em alumínio, rebitados por processo pneumático, piso inteiriço em borrachão (eva), alças internas e externas para transporte, viveiro para pescado, para motor de popa de 25 HP, acompanha dois remos de apoio com cabo de alumínio e pás plásticas. Especificar marca e modelo	01	13.505,00	13.505,00
02	uma carreta rodoviária para transporte de embarcação de 5 metros, com dois berços dispostos no sentido longitudinal com ajustes laterais, feixe de molas e amortecedores, rodagem aro 13 (175X75X13) com pneus novos, totalmente pintada, capacidade de carga 500 quilos, produzidas em vigas "U" de 3" estrutural, para choque fixo, para lamas em aço carbono, instalação elétrica completa (chicote e lanternas sinalizadoras) em led, engate de acoplamento rápido (automático) com cintas de amarração para embarcação, catraca com cinta de 6 metros para travamento da embarcação na proa, devidamente licenciada e emplacada. Especificar marca e modelo	01	8.946,67	8.946,67
Quantidades planejadas para o Trimestre cujo limite máximo a ser utilizado independente do item é de até R\$ 59.906,02				

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme DM nº 236 de 25/07/2023.

##### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

*O objeto apesar de previsto no Plano de Contratações Anual, precisa ser adquirido em situação de urgência a fim de atender interesse imediato, sob pena de prejuízo para a requerente.*

##### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto.

##### Garantia da contratação

*Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da LF nº 14.133, de 2021.*

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

##### 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

##### Condições de Entrega

*O prazo de entrega constará na ordem de Fornecimento, podendo ser parcelada.*

Fiscalização



## ESTADO DO PIAUÍ

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DE FREITAS

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (LF nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

4.1.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (LF nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Regulamentar.

4.1.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual Fiscalização Administrativa

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes conforme Decreto Regulamentar.

4.1.5. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da LF nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



**ESTADO DO PIAUÍ**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DE FREITAS**

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **5. CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO DO OBJETO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte quando em desacordo com as exigências deste TR, do aviso e na proposta, devendo ser substituí-lo no prazo determinado pela contratante, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da LF nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Adimplemento/Liquidação**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

5.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 5.1.2. o prazo de validade;
- 5.1.3. a data da emissão;
- 5.1.4. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 5.1.5. o período respectivo de execução do contrato;
- 5.1.6. o valor a pagar; e
- 5.1.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade



## ESTADO DO PIAUÍ

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DE FREITAS

de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da LF nº 14.133, de 2021.

A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo estabelecido no contrato contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice oficial de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.1.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.



## ESTADO DO PIAUÍ

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DE FREITAS

#### 6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A interessada será selecionada por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da LF nº 14.133/2021.

##### Forma de fornecimento

O fornecimento será imediato considerada a urgência alegada, não podendo ultrapassar o prazo máximo de até 07 (sete) dias, após a assinatura do contrato, no local indicado na OF.

##### Outras exigências Habilitação

No caso de Pessoa Jurídica será Observado:

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a interessada for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### 7. INFORMAÇÕES DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município e Federal.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
02.03.00	04.122.0075.2008.0000	4.4.90.52	1.500 (REC. PRÓPRIO)
02.10.00	18.541.0019.2088.0000	4.4.90.52	1.500 (REC. PRÓPRIO)
02.10.00	18.541.0079.2038.0000	4.4.90.52	1.500 (REC. PRÓPRIO)
02.18.00	18.541.0079.2073.0000	4.4.90.52	1.500 (REC. PRÓPRIO)

*A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, em caso de prorrogação contratual somente será admitida em caso de prorrogação contratual por motivo de ordem superior devidamente justificado. Nesse caso, a fim de aproveitar o procedimento, ocorrerá após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, dando-se o ato por apostilamento, observado, contudo o valor máximo admitido para o o objeto no exercício.*

Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 18 de junho de 2024

CLAUDINEIDE FERNANDES DE CARVALHO  
RESPONSÁVEL ELABORAÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA

FRANCISCO ALVES NUNES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS-PMJF/PI

Rua Hugo Napoleão, s/n - Bairro Centro - José de Freitas - PI.  
CNPJ.: 06.554.786/0001-75